

Memória popular: dialogando com narrativas orais de pescadores e marisqueiras de Ilhéus, BA, 1960-2008

Popular memory: talking about the oral narratives between the women who catch shellfish and the fishermen of Ilhéus, BA, 1960-2008.

Luiz Henrique dos Santos Blume

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Pontifícia Universidade de São Paulo (PUCSP)

RESUMO:

Este artigo trata das relações entre ética e memória popular, dialogando com narrativas orais de marisqueiras e pescadores artesanais de Ilhéus, Bahia. Diante da modernização e das políticas para a pesca na Bahia das diversas instituições que lidam com os pescadores artesanais, percebemos uma defesa das artes tradicionais da pesca nas memórias e narrativas das marisqueiras e pescadores. Estes modos de vida encontram-se no centro de um diálogo e debates sobre tradições, mercados de abastecimento, organização de associações e colônias de pescadores, instituições da pesca e universidade.

Palavras-chave: memória popular; história oral; pescadores artesanais.

ABSTRACT:

This paper deals about relationship between ethics and popular memory, talking about the oral narratives between the women who catch shellfish and the fishermen of Ilhéus, BA. In front of modernization and the politics for the fishing of Bahia, of several institutions that deals with the crafting fishermen, we note a protection of traditional arts of fishing in the memories e narratives of women who catch shellfish and fishermen. These ways of live are in the middle of a dialogue and discussion about traditions, market of supply, organization of associations and fishermen colony, fishing institutions and University.

Key-words: popular memory; oral history; crafting fishermen

*Ó tu que enfrentas o escuro da noite e a morte,
refreia teu ímpeto, pois a fortuna não depende da ação.
Acaso não vês o mar e o pescador sempre em pé,
à procura da fortuna, as estrelas da noite em sua órbita,
e ele no meio do mar, golpeado pelas ondas,
o olhar vidrado no centro da rede?
Então às vezes ele pode ficar feliz numa noite
por ter seu anzol perfurado a boca de um peixe
que ele venderá para quem passou a noite
a salvo do frio, em grande conforto.
Exalçado seja o meu Deus, que a uns dá e a outros priva;
uns pescam e outros comem o peixe.
(O pescador e o gênio. Livro das mil e uma noites¹)*

Neste texto pretendo apresentar algumas questões em torno da Memória Popular nas narrativas orais, trazendo processos sociais da luta cotidiana pela sobrevivência e pela manutenção de modos de vida e trabalho tradicionais de marisqueiras e pescadores artesanais em Ilhéus, Bahia. Desde 2004, quando ingressei na Universidade Estadual de Santa Cruz para lecionar no curso de História, mantenho contatos com pescadores artesanais e lideranças de colônias de pescadores, na busca de um diálogo com a experiência desses sujeitos, que lidam com a pesca e coleta de mariscos nas lagoas, mangues e estuários de Ilhéus.

O desejo de lidar com esta temática, envolvendo histórias de vida de pescadores artesanais, é mais antigo. Meus avós maternos eram pescadores na comunidade da Caçandoca, bairro rural localizado em Ubatuba, SP, próximo à BR-101. Lembro-me das férias em família, ainda criança, quando viajávamos de Santos a Ubatuba. Nessas ocasiões, ao fim da tarde, nos reuníamos para o café na cozinha da casa de minha avó, feita de pau-a-pique com cobertura de sapê. Aguardávamos meu tio Ditinho contar “causos”. Estas “histórias de caçara” enchiam minha imaginação, pois narravam, de forma muito prazerosa, a lida diária para a sobrevivência de sua família, apresentando suas desventuras na caça e na pesca.²

Essas lembranças de infância somam-se às questões trazidas por minha experiência de professor universitário em Ilhéus, observando o cotidiano de pescadores e marisqueiras. Esta presença é visível nas lagoas, rios e ruas da cidade, coletando, “catando mariscos” e vendendo-os nas ruas e feiras de Ilhéus. Através desta observação e das conversas iniciais com os pescadores e marisqueiras, foi possível construir algumas problemáticas: como as artes tradicionais da pesca se mantêm?; quais as redes traçadas pelas marisqueiras e pescadores artesanais, suas famílias, a

organização de associações, a relação com as colônias de pescadores que possibilitariam a continuidade das artes tradicionais da pesca?

Dessa forma, procuro apresentar uma discussão sobre qual é o lugar das marisqueiras e pescadores artesanais nos novos processos da pesca em Ilhéus. Na transformação da pesca na região, quais são os lugares de pesca e dos pescadores, suas lutas no presente e seus desejos de futuro? Para isso, é preciso discutir o processo histórico que atravessam no presente e as transformações e mudanças que pressionam os modos de viver e trabalhar dos pescadores artesanais.

Historiadores orais têm feito um esforço para questionar o lugar que os pesquisadores e narradores têm no processo de construção do conhecimento histórico. Este questionamento realizado no campo da História Oral procura dar visibilidade às histórias e memórias de grupos subalternos, até então excluídos da História. Desta forma, estes sujeitos ganham potência e podem então inserir-se no “campo de batalha da memória”.

Ao apresentar seu percurso acadêmico-institucional, Silvia Salvatici (2005) também se situou frente aos estudos da memória. De uma preocupação individual para formas coletivas de memória, e para a relação entre estas, “a atenção passou a ser dada menos ao que é dito, e mais ao modo como histórias são narradas” (p. 33). A autora problematiza a presença dos estudos feministas que trouxeram a problemática do gênero e produziram novos sentidos ao incluir a necessidade urgente de um “processo de democratização da memória”, questionando posições no campo da História Oral para que outras histórias e memórias pudessem tornar-se visíveis.

Conforme Passerini (2006), há um interesse, entre os pesquisadores que lidam com a questão das memórias e da história oral, pelo “estudo do problema do sujeito desde uma perspectiva histórica”(p.11). Além disso, trata-se de perceber qual o sentido para um termo que por enquanto revela-se como um mal-estar: a intersubjetividade. A intersubjetividade se estabelece no diálogo entre pesquisador e sujeitos sociais através das entrevistas, lugar de encontro de sujeitos posicionados, mediados por relações de classe, etnia, gênero e outras. Além disso, este diálogo estabelece-se na medida em que se constrói uma relação entre o pesquisador e os sujeitos com os quais se busca obter informações para a produção do conhecimento histórico. Tais narrativas constroem significados e sentidos ao mesmo tempo em que se estabelecem, entre entrevistador e entrevistado, pesquisador e narradores, relações de confiança, ética, buscando transitar para além dos limites colocados por uma tradição historiográfica que ainda se pauta na relação objetividade-subjetividade, almejando a transposição de tais limites através do estabelecimento da co-autoria.³

No percurso desta pesquisa, além dos antecedentes caízaras, o acaso também me fez

aproximar-me do tema. Ao chegar a Ilhéus, meu pai falou-me de um antigo amigo, cujo filho estaria morando na cidade e administrava uma cooperativa de pescadores. Já tinha planos de iniciar os contatos com pescadores artesanais e, como era novo na cidade, este primeiro encontro foi importante para aprender um pouquinho sobre a pesca e a vida dos pescadores artesanais. Foi assim que realizei minha primeira entrevista, com o administrador da Colônia de Pescadores Z-34, Márcio Vargas.

Esta colônia de pescadores, com sede no bairro do Malhado, tem o maior número de pescadores e marisqueiras colonizados em Ilhéus. Apesar da dificuldade em estabelecer números precisos, Márcio afirmou que ela possui cerca de 3.000 associados. Neste primeiro contato, foi importante a existência de uma empatia como pré-condição à entrevista, pois se tratava do encontro entre os filhos de dois amigos que prestaram o serviço militar há mais de 50 anos. Assim, pude obter algumas informações que me serviram para apresentar o projeto de pesquisa à universidade. Agindo mais de forma intuitiva, fui-me apropriando desta temática e dos problemas da pesca artesanal em Ilhéus. Márcio falou-me de sua atuação enquanto assessor técnico e gerente da colônia, função que exerce desde 1999, quando o atual presidente, Zé Neguinho, chamou-o para administrar a colônia.

Desde os anos 1980, várias instituições atuam na área da pesca em Ilhéus. A presença da CEPLAC – Comissão Executiva para a Lavoura do Cacau parece ter sido muito forte nas questões da agricultura e também da pesca. Para se ter uma idéia do que significou a atuação desta instituição, no levantamento bibliográfico que realizei para esta pesquisa, a CEPLAC produziu estudos sócio-econômicos e históricos da região, catalogou pontos de pesca, produção e comercialização do pescado e ainda organizou e prestou assistência técnica na formação de cooperativas de pesca no litoral sul da Bahia, até meados dos anos 80⁴. Com a diminuição da atuação da CEPLAC e, conseqüentemente, o fim das atividades extensionistas, a assistência técnica aos pescadores artesanais ficou sob a responsabilidade da BAHIAPESCA, empresa mista do governo do estado da Bahia. Porém esta empresa deu pouca atenção à pesca artesanal em governos passados, desenvolvendo projetos para a implementação de criatórios e fazendas de camarão, no plano dos grandes projetos “aquaviários”. Em 2007, quando o governador Jacques Wagner (PT) assumiu, foi criada a Subsecretaria de Pesca Artesanal na BAHIAPESCA, como iniciativa para aproximar-se dos pescadores artesanais. Em fevereiro de 2008, fui até a BAHIAPESCA e consegui falar com a subgerente de Pesca Artesanal, Jeane Mota, bióloga, que assumiu a função no início do novo governo, com o objetivo de dar maior atenção aos pescadores artesanais.

Nesta conversa, percebi o quanto seu discurso valorizava as novas lideranças políticas dos

pescadores, ligadas à pastoral social da igreja católica e aos movimentos de pescadores artesanais. Além disso, mostrou-se aberta a “parcerias” com institutos de pesquisa e universidades, como a UESC, a partir da nova orientação do órgão, de adotar uma “gestão social”. Conforme a subgerente, houve uma alteração nas orientações políticas e definições de prioridades no atual governo, pois agora o objetivo é atingir os pescadores artesanais. Para isso, a BAHIAPECA disponibiliza, entre outros, um equipamento para a organização de unidades produtivas de produção do marisco, conhecida como “kit-marisqueira”. Esta unidade produtiva tem uma ação local, nas comunidades de pescadores artesanais, fornecendo equipamentos para a produção econômica familiar e/ou comunitária. Porém, nas conversas com marisqueiras de Ilhéus e lideranças ligadas à CPP – Comissão Pastoral dos Pescadores, este equipamento foi criticado por não possibilitar, entre outras coisas, atender à demanda do número de marisqueiras e, também, por privilegiar a cata do marisco individualmente. Percebi, nas vezes em que fui a campo, que o trabalho das marisqueiras é quase sempre realizado em duplas, no momento da cata do marisco nos mangues, e o “catado”, o preparo do marisco para a pré-venda, é igualmente realizado em grupos, incluindo quase sempre as mulheres que fazem a cata e outras, vizinhas ou parentes.

Apesar de fazer a crítica ao equipamento fornecido pela BAHIAPECA, os pescadores e marisqueiras de Ilhéus têm participado de vários encontros com órgãos do governo e instituições ligadas à pesca, no sentido de reivindicar assessoria técnica, financiamento e acesso aos projetos da BAHIAPECA que atendam às comunidades de pescadores. Alguns dos entrevistados, especialmente lideranças e diretores de colônias, têm realçado a perspectiva de participar dos dividendos deste novo momento na pesca. Conforme algumas entrevistas que já realizei, há uma expectativa em relação aos rumos das políticas para a pesca no estado, ao mesmo tempo em que criticam o avanço de projetos “aquaviários”, de grande investimento e capital.

Nesta complexa rede de políticos, técnicos, acadêmicos, lideranças de colônias e pescadores artesanais, podem surgir algumas questões que situam as demandas nas narrativas dos pescadores e marisqueiras no presente, mas podem remeter ao passado ou ao futuro. Percebi nas narrativas algumas temáticas que remetem a modos de vida e trabalho tradicionais, ao tempo em que novas técnicas de pesca também estão presentes.

Nas narrativas dos pescadores estão presentes alguns temas que remetem às formas pelas quais os pescadores artesanais vêm sentindo as mudanças no processo de organização do mercado e das conjunturas econômicas na região. Entre esses temas, destacaria: as formas de organização das colônias; o acesso ao mercado; as articulações com os governos federal, estadual e municipal; a difícil e conflituosa adaptação, resistência e negociação às tecnologias e gerenciamento da pesca; a

incorporação de contingentes de trabalhadores rurais desempregados com a crise da lavoura de cacau às modalidades de pesca artesanal. Pretendo apresentar a importância que a luta pela manutenção de modos de vida tradicionais representa para estas comunidades de pescadores artesanais e marisqueiras, nas artes da pesca que mantêm um convívio dos pescadores e marisqueiras com os mangues, lagoas e estuários de Ilhéus.

A desestruturação da produção cacauceira, principal atividade econômica da região, atingiu a dinâmica de vida de vários segmentos sociais, a exemplo da pesca artesanal. Esta tem passado por profundas transformações ocasionadas pelo desemprego em massa de ex-trabalhadores do cacau, a devastação do ambiente marinho e o avanço turístico e industrial. No processo de favelização e ocupação de áreas estuarinas, como é o caso do bairro Teotônio Vilela, às margens do rio Cachoeira, o bairro foi transformado em local de moradia de muitos ex-trabalhadores do cacau, de pescadores e marisqueiras. Com a crise, muitos encontraram na atividade de pesca e coleta de mariscos uma forma de sobrevivência, fazendo com que a atividade de mariscagem se tenha tornado mais difícil, conforme a narrativa da marisqueira Helena:

Acho que tá tendo muito muita gente, o número de pescador está sendo maior. Na época que era mais nova era bem pouco o número de pescador. A gente trabalhava aqui mesmo na coroa era pouca gente...agora não..a coroa fica igual a uma feira de gente...é senhora...é menino...é menina...é tudo...é gente velhinha.⁵

Ao realizar as primeiras entrevistas com lideranças de colônias para o projeto de pesquisa, procurei encontrar nas suas narrativas as principais demandas atuais da categoria dos pescadores. Este princípio pautou-se por uma postura que me pareceu mais próxima de um intelectual militante, em vez de “parceiro” dos pescadores. Concordo com Portelli (1997), quando afirma: “Creio que uma possível função da pesquisa hoje é, uma vez mais, colocar a questão de identidade num plano social e interpessoal, e ajudar-nos a reconhecer a nós próprios no que nos faz semelhantes embora diferentes dos outros”(p.23).

A pesquisa em história oral é, antes de tudo, um diálogo entre dois sujeitos, interpostos, em que podemos obter um resultado satisfatório do ponto de vista do pesquisador, ou não. Este caráter subjetivo do lugar de onde falamos, na entrevista, pode ser também um momento para estabelecermos uma relação dialógica, ao invés de uma observação pretensamente neutra que poderia, em última instância, encobrir as tensões no interior das culturas, reveladoras do lugar onde se pode encontrar a luta de classes. Neste sentido, a presença do pesquisador deve ser muito mais a de escutar, ouvir o que o outro tem a dizer, mas também demonstrar seu compromisso ético com a narrativa do outro, no sentido de buscar um experimento em igualdade.

Esta igualdade não é obtida se não assumirmos este compromisso ético com as demandas

dos sujeitos com os quais queremos obter informações. Em se tratando de pesquisa com as narrativas orais das classes não-hegemônicas, a presença de um professor, munido de um saber acadêmico, pode revelar tensões na entrevista, pois “este diálogo entre dois mundos que há muito não se conversam”, como nos traz Ernesto de Martino, pode representar um desafio mais instigante do que representar a categoria de pescadores e marisqueiras artesanais envolta num manto de tradição similar ao folclore, desprovida de significados para os embates no presente.

Nas entrevistas com marisqueiras e pescadores artesanais, percebi tensões e oposições aos projetos e objetivos das colônias e dos órgãos governamentais. Nas narrativas há um questionamento do afastamento das atividades da colônia Z-34 das antigas funções que ela desenvolvia, há décadas atrás. Isto fica um pouco claro quando Márcio Vargas indica projetos para a colônia que apostam na modernização de equipamentos e comercialização em grandes redes de atacado. Assim é que as queixas e críticas de alguns pescadores e marisqueiras artesanais assumem uma postura de defesa de modos de vida e de pesca tradicionais, de certa forma incompatíveis com um padrão de qualidade e técnica necessário aos mercados de abastecimento.

Estes projetos revelam a aposta no ingresso no mercado de gêneros alimentícios, abastecendo grandes redes de supermercados, e ainda reforçam uma das funções da colônia como uma cooperativa de comercialização do pescado. No entanto, a dúvida que fica é: tais projetos teriam como incorporar todos os pescadores artesanais? Como ficariam os pescadores e marisqueiras que estão à margem das normas e instalações sanitárias, indispensáveis para realizar o comércio com centros de abastecimento? Vamos à conversa com Márcio:

Márcio Vargas: Então Zé Neguinho teve a idéia de criar essa estrutura, conseguiu o financiamento em noventa e oito (1998). A CEPLAC fez o projeto e recebeu o trabalho de assistência técnica, mas como eu te falei, a CEPLAC perdeu aquela estrutura que tinha de extensão, e conseqüentemente com isso, primeiro, cometeu uma série de erros na elaboração do projeto, então o valor que foi gasto aqui era pra ter SIF, era pra ter feito dentro das exigências do SIF, infelizmente, por erros...

Luiz Blume : O que é o SIF?

Márcio Vargas: Serviço de Inspeção Federal. Bom, o SIF, nós poderíamos já estar processando, agregando o valor nos produtos para vender nas redes de supermercado.

Luiz Blume : As grandes redes de atacado.

Márcio Vargas : Exatamente, com o código de barras, infelizmente, então nós não tivemos nem o SIE, que é o Serviço de Inspeção Estadual, por essa falha da CEPLAC.⁶

Porém, ao que parece, esta entrada no mercado de abastecimento, fornecendo pescado para as grandes redes de abastecimento, é uma perspectiva que está no horizonte de organização de várias lideranças e pessoas envolvidas na pesca. Márcio nos fala com certo orgulho como conseguiu

resolver o problema da finalização da obra na colônia, e ao mesmo tempo nos indica a preocupação com a incorporação de tecnologias e práticas modernas de pesca, que possibilitariam a competitividade e agregar valor ao pescado:

Márcio Vargas: E, depois de muitos meses nessas condições, é, o gerente do SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) que é um amigo meu, me apresentou pro Zé Neguinho para eu dar assistência técnica e foi nesse trabalho que reunimos a CEPLAC, o banco, a prefeitura, enfim fechamos uma parceria e conseguimos sensibilizar o Banco do Brasil que liberasse o restante da verba que havia até para compra de imóveis, utensílios, um transformador, mas que não chegava a nove mil reais e foi com essa verba que a gente conseguiu colocar a colônia pra funcionar, começamos a trabalhar aqui, o chão no contrapiso, no conjunto de banheiros, um banheiro funcionando, enfim começamos a trabalhar em condições precárias, máquinas funcionando, mas em condições precárias. E desenvolvendo esse trabalho a gente conseguiu, graças a Deus, colocar a força que está hoje, acabamento do prédio, né, e ainda em cima de parcerias, apoio da BAHIAPESCA e do SETRAS, Secretaria do Trabalho e Assistência Social, a gente conseguiu desenvolver esse trabalho aqui e graças a Deus, está caminhando.⁷

Esta questão do financiamento do projeto de construção da colônia e a prestação de contas aos bancos revelou-se mais tarde um importante problema jurídico, político e administrativo da colônia Z-34, que atualmente perpassa uma crítica à direção do atual presidente, Zé Neguinho.

Apesar de considerar representativas as narrativas de Márcio e outras lideranças, elas indicam uma aposta na modernização da pesca, privilegiando um discurso orientado às articulações com órgãos governamentais e lideranças políticas. Percebi que havia um descompasso entre a defesa das “artes da pesca” tradicionais, como a pesca de calão, e o discurso de alguns dirigentes, que revelava as pressões na disputa com o mercado de abastecimento, a especulação imobiliária, as empresas de prospecção de petróleo e gás na Baía de Camamú e Baía de Ilhéus, e ainda os impactos do turismo na região.

Nesse sentido, é importante perceber como pescadores e marisqueiras, na sua lida diária e nas artes da pesca, resolvem seus conflitos, adotando e incorporando seletivamente tradições da pesca, ao tempo em que procuram articular-se a redes de organização político-institucionais, como a SEAP, BAHIAPESCA, Movimentos de Pescadores Artesanais. É preciso entender, conforme Khoury (2006), “como vão se apropriando de e refazendo valores e tradições, alimentando e modificando sentimentos de pertencimento a um lugar, a um grupo, a uma memória; como vão criando referências culturais próprias e se apropriando de outras, e como essa experiência se faz impregnada de contradições e ambigüidades”(p.39).

A primeira conversa com Marcio serviu-me para perceber o quanto a colônia de pescadores

Z-34 estava articulada às questões da política e da pesca artesanal na Bahia. Seu presidente, Zé Neguinho, foi eleito vereador em Ilhéus pelo PPS em 2000, sendo reeleito em 2004 e, na gestão do prefeito Walderico Reis (2005-2007), Secretário de Agricultura, Indústria e Pesca. Na sede da colônia, vê-se o logotipo da central sindical Força Sindical, à qual a Colônia de Pescadores Z-34 é filiada. Estas informações fizeram-me questionar o “modelo” de representação política, mas, como se tratava de um primeiro encontro, polidamente, não toquei nestas questões.

Na conversa com Márcio, também percebi o quanto ele reforçou a organização e estrutura administrativa da colônia Z-34. Falou-me dos objetivos institucionais da colônia, de ser ela ao mesmo tempo sindicato, cooperativa e prestar assistência aos associados. Estes aspectos têm sido alvos de crítica de vários pescadores e marisqueiras, pois, ao que parece, as colônias, apesar de manterem uma estrutura para receber novos “colonizados”, precisam reafirmar-se enquanto únicas representantes da categoria dos pescadores artesanais. Isto é especialmente percebido na forma pela qual as lideranças das três colônias, que entrevistei, reforçam o caráter institucional na confecção das carteiras de pescadores artesanais, na obtenção do auxílio-defeso e no encaminhamento dos pedidos de aposentadoria.

O discurso que enaltece a organização das colônias fortalece a disputa pela captação de recursos e equipamentos junto aos órgãos que lidam com a pesca, como SEAP, BAHIAPESCA, e ainda lhes outorgaria a condição de interlocutores privilegiados na discussão sobre danos ao meio-ambiente, levando as colônias a reivindicarem indenizações pelos danos ocasionados por recentes prospecções sismológicas na Baía de Camamú e Baía de Ilhéus.

O turismo e a prospecção sismológica na região tornaram-se temas de interesse nas narrativas dos pescadores. Na primeira vez que fui a Barra Grande, no município de Maraú, distante cerca de 100 km de Ilhéus, em março de 2006, vi as armadilhas de pesca armadas na praia, as camboas. Nesse momento acompanhava Maura, minha esposa, que realizaria um curso de formação de educadores do Projeto Brasil Alfabetizado – Pescando Letras, em parceria com o SESI-Ilhéus, onde ela trabalhava. Em virtude desse projeto de alfabetização de pescadores, coordenado por Maura, tive contato com o pescador e mergulhador Tomtom, que me pareceu bastante articulado e uma boa fonte de informações para a pesquisa. Somente na segunda viagem a Barra Grande, a passeio em família, em agosto do mesmo ano, é que realizei a entrevista. Já nos conhecíamos, e de certa forma o trabalho realizado com as professoras-alfabetizadoras das comunidades de pescadores havia criado uma boa relação com o presidente da colônia, dando-me a chance de também estabelecer um diálogo com os pescadores. Tomtom mostrou-se disponível a dar a entrevista, falando sobre as atividades da associação de pescadores, da colônia e das dificuldades dos

pescadores artesanais em Barra Grande e outras regiões da Bahia.

Tomtom é o presidente da colônia Z-62, de Maraú, e mora no distrito de Barra Grande. O povoado, como ele mesmo o chamou, fica na extremidade norte do município, para onde se vai de barco, saindo do porto de Camamu, viajando por entrebraços do rio, durante cerca de uma hora e meia, ou de transporte próprio, de preferência utilitário com tração nas quatro rodas, saindo do município de Itacaré, ao sul, atravessando o rio de Contas por uma balsa, e em seguida por estrada de chão batido. O trajeto por Camamu leva cerca de quatro horas, e saindo de Itacaré cerca de duas horas, se não tiver chovido e se você tiver um carro com tração potente.

Antes de dedicar-se inteiramente à pesca, Tomtom foi bancário em Salvador por cinco anos, de 1987 a 1992, também praticando a pesca submarina como um complemento de renda. Reagiu com reservas à questão da cessão da entrevista. Procurou apresentar o trabalho que desenvolve na colônia como uma tentativa de melhorar as condições de vida dos pescadores, mas tentou minimizar o papel da multinacional El Paso na prospecção de gás natural na baía de Camamu, dando a entender que tudo o que a empresa fez foi com a permissão dos pescadores - somente após a consulta é que a empresa teria feito as perfurações:

Tomtom: Então depois da entrevista feita, a gente vai ler e vai assinar a autorização.

Luiz Blume: Isso, isso.

Tomtom: Aí só vai ter, valer, depois da assinatura, né. Então no meu ponto de vista, como presidente da colônia aqui, acho eu não tenho nada assim, a impor, porque desde que eu venha a ler...

Luiz Blume: Certo...

Tomtom: ... e assinar uma coisa, problema nenhum. O fato do “eu passo”, assim, não é, do “eu passo”, é uma coisa só boba, né, mas tem aquela empresa petroleira que chama “EL PASO”, que às vezes confunde um pouco as pessoas...

Luiz Blume: Hum, hum.

Tomtom: né...

[os outros dois acompanhantes falam juntos: “Eu passo” e “EL PASO”...]

Tomtom: Não tem nada a ver “eu passo” com “EL PASO”, as pessoas se confundem...

Alexandre Santiago: “eu passo” como a empresa...

Tomtom: Só para... Uma coisa muito boba.

Alexandre Santiago: Uma correção, né.⁸

Tomtom tem domínio da narrativa e sabe a importância que a política da pesca em âmbito federal/estadual tem sobre o cotidiano dos pescadores, bem como o turismo de grande escala que está sendo desenvolvido em Barra Grande, Maraú.

Tomtom: Hoje, eu vivo aqui da pesca, em Barra Grande, Maraú, Bahia, há quinze anos atrás, há dezessete anos atrás, moro aqui, há ... Dez anos, vivo, só da, vivi.. .só exclusivamente da pesca, pesquei de várias modalidades, que foi o arrasto de

camarão, foi a caça submarina, em apnéia, rede de lagosta, anzol e linha, e hoje, com o advento do turismo, eu ...uso, é...o, o ...faço assim, um intercâmbio dos dois. Eu tenho uma pequena pousada, e consigo, é... mediar as duas coisas. No período do verão, que é um período bem promissor para a região, que é o turismo.

Luiz Blume: Que período é ... geralmente...

Tomtom: De vinte de dezembro a vinte de fevereiro, até o carnaval, né.. Eu tenho uma pousada, que a pousada tem praticamente ocupação de cem por cento neste período, não deixo de pescar, também, porque o peixe fica mais caro, mas eu consigo administrar as duas coisas, atividades de pesca com atividade de turismo. Depois dos outros restantes meses, é só mesmo a pesca. Aí vem a pesca de camboa, que é uma pesca também muito promissória, porém, o peixe, a qualidade é menor, a qualidade é um peixe de segunda a de terceira, por pescar bastante, a oferta diminui, e... porém a quantidade aumenta, então você consegue, você consegue administrar, e manter a sua vida. Então na verdade, eu hoje, vivo da pesca e do turismo. Em doze meses do ano, dois meses do turismo, do turismo, e dez meses da pesca. Eu pesco hoje, em 2006, de camboa, de monzoá, de linha, e o meu forte é a caça submarina.⁹

Ao tempo em que Tomtom fala de uma pescaria farta, há anos atrás, quando deixou a cidade de Salvador para viver da pesca em Barra Grande, também se preocupa com a alteração do ritmo e da necessidade de se adaptar às novas conjunturas. De pequena vila de pescadores, o distrito de Barra Grande hoje é um dos principais roteiros turísticos do estado da Bahia. Desta forma, a manutenção de artes da pesca tradicionais teve de ser redirecionada para poder haver uma convivência com os turistas. Assim, algumas alterações no cotidiano dos pescadores ocorreram. Uma delas é a limitação da presença de armadilhas de pesca nas praias, a exemplo da camboa ou gamboa.

Tomtom: Tá na praia, ali na frente, que tem até relatos de fotos, delas, não vai aumentar aquele número, não vai se manter, não vai aumentar aquele número.

Luiz Blume: Sim, por quê?

Tomtom: Por quê? Porque, ela, queira ou não, ela causa assim, um impacto, ao turista, ela diminui o tamanho da praia...

Luiz Blume: hum-hum...

Tomtom:então, cada camboa daquela ali, você tem um restrição da praia, certo? Então a gente fez um acordo de não colocar mais camboas, para os deveres dos associados, né, retirar os tocos que tinha nelas, que causavam perigo para os banhistas, que pode assim, uma estocada, ou tomar um corte, não pescar o camarão, na época da proibição, o robalo, as lagostas pequenas, os polvos pequenos, o melro-canapú, então a gente respeita as normas do governo federal, estadual, e as normas que a gente aprimora, independente de governo ou não, quando a gente vê que tem uma deficiência, naquela espécie, independente do governo fazer lei ou não, a gente cumpre isso aí. Como é o caranguejo, independente do período, de andado, ou não, se tá pequeno a gente não pega, se aquele, aquela, a, o, budião azul, que é um peixe que não tem proibição, quando é pequeno a gente não mata ele, não arpoa ele, então a gente, cresceu muito nesses aspectos, aí.¹⁰

Pude observar algumas diferenças com as artes de pesca do sul do país, como o cerco e arrasto. A pesca na camboa pode render muito, a depender da maré. Os relatos de pescadores da Barra Grande falam em capturas de 5 toneladas, em que de início não acreditei. Porém o próprio Tomtom afirmou que este tipo de pesca já rendeu muito mais. Trata-se de uma armadilha de pesca que fica na margem das praias ou em mangues, formando um cercado onde os peixes entram de forma a não poderem mais sair, por conta de um engenho simples, mas eficiente, de colocar redes de vime ou outro material para tapar a saída. Conforme a descrição de Tomtom:

Luiz Blume: Me explica um pouquinho o que que é, cada tipo de pesca, aí... De monzoá, camboa ...

Tomtom: A camboa é uma armadilha que a gente faz, né, da beira da praia, da areia, em direção ao mar, é, normalmente em áreas abrigadas, entre baías, que a gente faz, uma... despesca, uma armadilha fixa, que a gente faz despesca, dependendo, da maré, uma a duas vezes por dia, e nos dá uma produção, de cinco a duzentos quilos por dia...

Luiz Blume: Com a camboa.

Tomtom: Com a camboa, né. Agora com a média de vinte quilos diários, durante os dez meses de camboa. Essa pescaria normalmente é feita de março a novembro. Por quê isso? Porque quando chega no período do verão, pelo fato do turismo ser muito grande aqui, abrange bastante, é... mergulhadores e... curiosos, né, quebram essas camboas. Então eles vêm os peixes com as máscaras de mergulho, né, vê, e arpoam esses peixes, quebram, parte de todos os peixes, então, é inviavelmente comercial, devido a isso. E também, neste período são peixes, de maiores portes, que não conseguem ficar presos, nestas armadilhas, né. No período que a gente chama do outono, inverno, e primavera, são peixes de menores portes, que a gente consegue, com esta armadilha, capturar eles.¹¹

Esta armadilha de pesca foi descrita pelo frade, pesquisador e etnólogo baiano Frei Carlos Ott, em trabalho de campo de junho de 1942, na Ilha de Itaparica e na cidade de São Francisco do Conde. Ott não só observou e realizou entrevistas como saiu em barco para pescar junto com os pescadores artesanais, e pôde observar várias camboas armadas. Este tipo de armadilha é mais antigo, remontando ao que Ott chama de “elementos culturais da pesca baiana”. O almirante Antônio Câmara, em estudo do início do século XX, assim descreve este tipo de armadilha de pesca: “extenso cercado, feito de varas finas ou cana brava, enterradas na areia ou na lama, amarradas com embira, cipó ou piaçaba em duas ordens de outras varas. É cheio de compartimentos e corredores com pequenas portas. Quando a maré vai enchendo, o peixe entra e não acha mais meio de sair”(CÂMARA, *apud* OTT, 1944: 35).

Ott também faz uma descrição da camboa: forma triangular das duas fileiras de estacadas que dirigem o peixe para o pequeno cerco redondo no vértice do triângulo. Existiriam dois tipos principais de camboa de pau, vindas da tradição de pescar dos índios Tupinambás e Apiacás. Assim

Ott as descreve:

camboa de pau: tapagem dos rios ou de canais do mar, com varas e ramos, deixando uma porta aberta por onde pudessem subir os peixes e quando a maré está cheia, tapam-lhe a porta; usavam somente da rede de mão para apanhar o peixe.

camboa de paus da tribo dos Apiacás: paliçada meio submersa, com estacas fincadas no rio e atravessadas por outras, com os intervalos tapados com juncos; os índios mergulhavam dentro da paliçada e tiram os peixes presos, recolocando as armadilhas (OTT, 1944: 39)

A camboa de pedras é mais utilizada em mar aberto, enquanto que a camboa de paus é usada nos rios, mangues e beira das praias. Segundo o autor, a técnica da camboa de pedra é Ameríndia, ou seja, remeteria a tradições indígenas mais antigas. A perspectiva do etnólogo Carlos Ott era buscar as tradições na pescaria baiana. O autor conclui ser importante a influência indígena na pesca baiana, bem como a contribuição portuguesa, mas afirma ser pequena a participação africana. Estas tentativas de classificação etnográfica por muito tempo serviram de baliza às explicações acadêmicas. No entanto, se formos levar em conta apenas o aspecto conceitual das artes da pesca, ou mesmo, como Ott deseja, os elementos que indicariam tradições pré-existentes nas artes da pesca, deveríamos descrever as formas de pescar apontando algumas alterações; mas ainda assim poderíamos cair numa descrição supostamente neutra, imparcial, das artes da pesca em Ilhéus ou em outra região da Bahia.

Posições fechadas em torno de conceitos trazem-me até o momento dificuldades para expor esta problemática. Desde a comunidade acadêmica, passando pelos órgãos de supervisão burocrática da pesquisa e comitês de ética em pesquisa com seres humanos¹², até a dificuldade em trazer para a pesquisa a prática da co-autoria, não tem sido um caminho fácil. Os caminhos, desvios, pausas, recomeços na escrita da pesquisa inserem-se na tentativa de situar-me também com este outro, na perspectiva da alteridade, tal como nos apresenta Portelli (1997): “O reconhecimento do outro, que é a base da antropologia, é, quando muito, limitado, a menos que implique também questionamento e redefinição da própria identidade do antropólogo (ou do historiador)”.(p.23)

Assim, ao entender que esta pesquisa pauta-se por um sentido ético-político e propõe-se a discutir a memória popular através das narrativas pessoais, cruzando-se interesses e antagonismos de classe, também devo situar-me nestes meandros e adotar uma postura de compromisso com as demandas e lutas dos pescadores artesanais e marisqueiras de Ilhéus. Para tanto, devo entender que estas barreiras também se fazem por conta de a universidade não estar acima ou aquém da luta de classes na nossa sociedade. É preciso perceber, conforme Fenelon (2006), “[a] cultura como uma

campo no qual as contradições se explicitam e a luta de classes, sempre presente no social, apresenta-se de diversas formas e constrói caminhos alternativos de maneira a exigir de nós o reconhecimento de culturas em toda a sua pluralidade e diversidade” (p.7).

As perspectivas teórico-metodológicas podem encobrir posições e tensões na escrita da História. Por isso é que a linguagem pela qual apresento os sujeitos não se pauta por descrições etnográficas, mas entendendo como essa linguagem encobre, qualifica ou desqualifica um conhecimento e um saber técnico presentes há gerações de marisqueiras e pescadores artesanais em Ilhéus ou outra região. Dessa forma coloco-me, em certa medida, no interior do debate da prática cultural de que nos fala Portelli, na organização da cultura em moldes que não apenas realizem uma séria contribuição à análise social das tensões sociais, mas sejam parte dessa luta de classes nos setores excluídos e marginalizados da sociedade, que buscam colocar-se como alternativas de poder. E por que não assumir também um sentido socialista da luta de classes na sociedade, incluindo-se a universidade?

Neste sentido, é preciso perceber o trabalho da consciência numa determinada conjuntura, e o momento da entrevista (encontro entre pesquisador e narradores) é aquele em que estas ambigüidades poderão aparecer com mais nitidez. O pesquisador precisa ligar os fios que ligam os sujeitos aos processos, onde o argumento é o texto, o modo como o sujeito se posiciona, quando podemos encontrar horizontes de possibilidades. O encontro com algumas marisqueiras de Teotônio Vilela e São Miguel pôde revelar o quanto eu ainda estava imbuído de uma perspectiva acadêmica que privilegiava o olhar e as técnicas de produção do conhecimento elaboradas na academia.

Ao realizar as primeiras entrevistas, tinha uma noção um pouco clara do que buscar. Pretendia trazer ao debate os efeitos da modernização na pesca e as pressões do desemprego na cidade de Ilhéus, após a crise da “vassoura de bruxa”. Na busca de sobrevivência, as marisqueiras ocuparam o que é hoje o bairro Teotônio Vilela, na saída da cidade, às margens da BR 415. Esta é uma área de manguezal e a foz dos rios Cachoeira, do Meio e Engenho fazem dela um dos ambientes propícios à coleta e cata de mariscos.

Em uma primeira entrevista realizada, nosso “batismo de fogo”, acertados os contatos iniciais, fomos até a residência de D.Júlia, então com 60 anos de idade, marisqueira, no bairro Teotônio Vilela. Era sábado, começo de tarde abafada, como são as tardes de pleno verão na região. Estava ansioso para fazer a primeira entrevista com “meus sujeitos”. Ao entrevistar o primeiro grupo de marisqueiras, notei que meu destino se encontrava novamente com as lembranças de infância. Talvez os diálogos daquela tarde de sábado tivessem me colocado novamente em um tempo e uma experiência coletiva de ser caiçara, agora que a pesquisa sobre ser pescador e ser

marisqueira se organizava para a realização de estudos do doutorado.

A conversa com este grupo de marisqueiras foi importante para estabelecer uma relação de troca com os sujeitos da pesquisa. Até então, tinha conversado com o gerente da colônia de pescadores Z-34, Márcio Vargas. Apesar de ter ele indicado alguns pescadores para futuras entrevistas, preferi iniciar nosso diálogo com um grupo de marisqueiras que não fizesse parte da “orientação política” da colônia, uma vez que pretendia buscar não apenas narrativas que corroborassem a visão “empreendedora” da colônia. Foi assim que através de um contato de Fabiana, então bolsista de iniciação científica vinculada ao projeto de pesquisa, encontramos as marisqueiras Dona Júlia, Maria Helena, sua filha, e Dona Tertulina. Estas mulheres partiram para a mariscagem de formas diversas. Dona Júlia e Sr. Gileno, casados, são de uma cidade na fronteira com o estado de Sergipe, Ribeira do Pombal. Conforme sua narrativa, desde criança Dona Júlia já conhecia as artes da pesca, em lagoas e rios. Mas foi ao casar com o Sr. Gileno e migrar para Ilhéus que passou a trabalhar em roças e, para complementar a renda, catava aratús, siris e outros mariscos no sítio onde moravam, em outro bairro rural de Ilhéus, Ponte Nova. Ao mudar para o bairro Teotônio Vilela, após venderem o pequeno sítio que possuíam, possivelmente devido a um problema de saúde que deixou o Sr. Gileno incapacitado para o trabalho na roça, Dona Júlia passou a mariscar com mais intensidade, para o sustento da família de quinze filhos. Maria Helena diz que desde criança já “morava dentro da canoa” e ao tornar-se adulta não teve dúvidas em seguir a profissão dos pais.

Dona Tertulina não nos contou no primeiro encontro como chegou a se tornar marisqueira, pois, como veremos, teve dificuldades em obter o benefício de aposentadoria e temia que suas falas pudessem ser mal interpretadas. Como aprendeu as artes da pesca com o ex-marido, talvez tivesse temor de que isso fosse entendido como uma “deficiência”. Desconhecendo nossos objetivos e intenções, preservou esta informação, mas quando Fabiana novamente a entrevistou, um ano depois, já com mais confiança, disse que aprendeu o ofício com o ex-marido. Na primeira conversa que tivemos, mostrou-se crítica à colônia de pescadores Z-34, principalmente em relação ao fato de o presidente da colônia, Zé Neguinho, em reunião no bairro Teotônio Vilela, ter dito que as marisqueiras teriam de vender seus produtos diretamente à colônia. Naquele período, Dona Tertulina preferia vender seus mariscos por conta própria, pois conseguia um preço melhor do que o oferecido pela Z-34. Dessa forma, tinha restrições à orientação da colônia. Porém, quando conversamos novamente, quatro anos depois, ela já tinha obtido o seu benefício através da colônia e sua narrativa ressaltou os ganhos que obteve como marisqueira e a luta para obter a aposentadoria.

Apesar de certa literatura acadêmica indicar uma diferenciação entre pescadores de mar

aberto, pescadores de “mar de dentro”, marisqueiras, jangadeiros e outras artes da pesca (DIEGUES, 1983), as entrevistas já realizadas apontam para a complementaridade das atividades de pesca, coleta, pequeno comércio e atividades de trabalho esporádicas na cidade. Algumas, no entanto, indicam a pesca ou a mariscagem como a única atividade econômica exercida.

Poderia falar das dificuldades iniciais para definir um “conceito” de “ser marisqueira”, “ser pescadeira” ou “ser pescador”, pois as narrativas eram marcadas por um embate entre as experiências dos pescadores artesanais e as agências do Estado. Pude perceber isto especialmente quando os pescadores e marisqueiras falavam da sua dificuldade em obter a aposentadoria ou qualquer outro benefício. Devido ao fato de terem os pedidos negados pelos funcionários da agência local de previdência, as marisqueiras procuravam cercar-se de definições mais próximas de uma “cientificidade”, demonstrando uma dificuldade em “definir” de forma “conceitual” a pergunta feita pelo pesquisador. Ao mesmo tempo em que o diálogo com o pesquisador revelava para Dona Tertulina uma nova oportunidade de dizer aquilo que gostaria ao funcionário local da agência do INSS, ela também fez questão de demonstrar a sua “ciência” ao “testar” os conhecimentos dos seus entrevistadores:

Luiz Blume - Tertulina o que é que é pescar para você? [Nesse momento, o Sr. Gileno apresenta um manzoá aos pesquisadores]

Maria Helena - Aí manzoá é isso aí!

Dona Júlia - Aí moréia. Aratu, o que entrar aí não sai.

Luiz Blume - Posso tirar uma foto?

[Então Dona Tertulina explica como o manzoá é utilizado]

Tertulina - Aí ele entrou aqui, vamos supor que aqui é um pé do mangue, você abre uma cama porque lá na...coloca ele, vamos supor; aí você coloca ele no galho do mangue. Vamos supor que aqui é um pé do mangue, você abre uma cama porque lá na vamos supor aí você coloca ele, vêm de lá pra cá você pega um gancho e bota ele aqui em cima...

Luiz Blume - Você pode mostrar de novo como você fez. ?

Dona Júlia - Bota ele empezinho!

Tertulina - Pera aí, para aí, deixa eu consertar ele direito.

Luiz Blume - Como você tinha demonstrado aí...

Tertulina - Pode deitar ele.

Dona Júlia - Não.

Tertulina - Ele quer deitado. A gente coloca ele aqui aí vêm lá com um gancho...

Luiz Blume - Como é que é?

Tertulina - Coloca um gancho[reforçando], menino!¹³

Percebemos que Dona Tertulina quis reforçar a idéia de que tinha os conhecimentos necessários à arte da pesca, apesar de ter formulado uma resposta que pareceu incoerente aos ouvidos acadêmico-científicos. Mas esta dificuldade de compreensão também pode revelar um

embate entre a experiência de vida e de trabalho destas marisqueiras com o INSS. Em se tratando de definições e conceitos operatórios em termos das atividades ligadas à pesca artesanal, há dificuldade de se obter definições claras, pois há tantas denominações diferentes quanto práticas da pesca e mariscagem.

Esta passagem é importante para perceber, conforme Bakhtin (1999: 46), o quanto a disputa pela linguagem faz parte da arena da luta de classes.¹⁴ Muitas vezes usamos termos que não coincidem com os significados que os grupos populares fazem dos eventos e em seu cotidiano, que se autodenominam quase sempre a partir da relação que estes mantêm com a pesca enquanto um modo de vida e trabalho presente em sua cultura.

Enquanto entrevistávamos o grupo, estudando-o para buscar a melhor maneira de obter informações, também estávamos sendo estudados. De início, Dona Júlia e Helena foram nossas interlocutoras. Porém, passados cerca de vinte minutos de conversa, e após Dona Júlia ter solicitado a participação de Dona Tertulina, esta revelou-se uma ótima narradora. Seu silêncio inicial, enquanto fazíamos perguntas, e sua eloquência e intervenção posterior em vários momentos da entrevista somente ao final puderam ser elucidados. Naquele ano, Dona Tertulina não conseguira obter o benefício da aposentadoria especial para a categoria de pescadores. Sua queixa aos entrevistadores quanto à negativa a seu pedido de auxílio, ao qual, segundo afirmava, tinha direito, deu-se no sentido de que os pesquisadores vinculados à UESC também representavam um poder. Dessa forma, talvez inicialmente acreditasse que nossas perguntas fossem um “teste” para que ela pudesse apresentar seus motivos de discordância com o parecer do funcionário da agência de previdência local, que lhe teria negado o benefício da aposentadoria porque não teria respondido de forma correta.

Em outra parte da entrevista, Dona Júlia, 60 anos, moradora da casa onde realizamos a entrevista, quer provar aos entrevistadores o seu conhecimento na pesca do marisco:

D. Júlia:... Aí quando é hora da maré a gente tava na maré, quando era hora da roça a gente tava na roça não perdia tempo não... em pescaria e roça, ninguém diz assim, você não conhece isso não. Porque eu conheço tudo [reforçando]. De manhã cedo meu pai dizia assim levanta, levanta que o passarinho tá na roça. A gente era só pegar um paninho enrolar pelo braço, molhava tudo.¹⁵

Com esta afirmação, Dona Júlia se qualificava aos entrevistadores como pescadora, reafirmando sua condição de marisqueira experiente. Dessa maneira, forjava sua identidade através da história que nos contou, ao mesmo tempo em que se colocava perante sua vizinha, D. Tertulina, pescadora há menos tempo que ela, mas que na entrevista tendia a cortar as falas de D. Júlia e de

Helena, sua filha, sempre disputando a atenção dos pesquisadores.

É possível afirmar que as narrativas orais das pescadoras do bairro Teotônio Vilela podem indicar possibilidades de futuro na condição atual de marisqueiras e pescadoras. As temporalidades se confundem, na medida em que as indicações de tempo apresentam-se articuladas aos lugares: aqui, hoje, a coleta de mariscos na “coroa”; lá, ontem, um tempo em que D. Julia e Sr. Gileno viviam num pequeno sítio no distrito do Banco da Vitória, na zona rural de Ilhéus. Destaca-se aí a presença de Helena, 32 anos, filha do casal, que faz a ponte entre os tempos de fartura, ontem, e de escassez, hoje, na disputa pelo marisco com outras famílias que se tornaram pescadores a partir da necessidade e da sobrevivência. Ao não encontrar outro tipo de emprego, moradores do bairro Teotônio Vilela, em Ilhéus, aproveitam o fato de estarem numa região lacustre, às margens do Rio Cachoeira, para retirar da “coroa” o seu sustento.

No entanto, esta dificuldade em obter o marisco por conta da disputa atual coloca os pescadores mais velhos próximos de um tempo distante, no passado, quando eram sitiante e se utilizavam da pesca não como uma forma de comércio, mas de reforço à subsistência e sustento da família. Dona Júlia assim interpreta as suas lembranças:

Dona Júlia: Eu tou gostando daqui, porque ainda acho que o marisco sendo pouco, mas o dinheiro é mais. E lá naquela época eu não pescava pra vender, era pra gente comer, só vinha mesmo o caboje, e o bobo, porque a gente secava ele e vendia na feira. Quinhentos réis, dez tostões, naquela época, agora dez tostões é um real. Tudo barato no início um tustão...uma peça de farinha era quinhentos réis, mil e quinhentos.¹⁶

As duas gerações de pescadores, D. Júlia e Sr. Gileno, e Helena, filha do casal, apontam temporalidades distintas. Para D. Júlia e Sr. Gileno, lá, no Porto Novo, que era lugar de pescaria, onde existia o peixe de água doce. Hoje, no Teotônio Vilela, pesca-se na maré, ou “coroa”, o peixe é salgado, a água salobra, a vida mais difícil, pois perderam a condição de sitiante. No entanto, o pescado é mais valorizado, pois conseguem obter um preço melhor do que antes.

Assim, nesta dicotomia, antes, doce, peixes de água doce; hoje, salobra, mariscos de água salobra. Passado e presente, amargura e fartura cruzam-se experiências das gerações de pescadores, realizando um corte temporal entre as experiências. Para Maria Helena, o aqui, hoje, representa a sua forma de sustento e de sobrevivência na pesca e coleta de mariscos. Ela ainda tem uma vida pela frente, por isso aposta num tempo futuro, ao mesmo tempo em que não tem tanto interesse em falar do passado, mas de como é a pesca hoje, das dificuldades e de como tem liberdade em seu

trabalho. Segundo ela, seria difícil ter a mesma condição como empregada doméstica ou trabalhando no comércio. Os pais de Maria Helena, com certa idade, não apostam num futuro, mas ligam suas memórias ao tempo da fartura no Porto Novo, no tempo que eram sitiadas. Além disso, o lugar da pescaria, para as duas gerações, diferencia-se pela sua condição no presente.

Esta condição é igualmente evidenciada pelas dificuldades para a obtenção dos mariscos. Com o passar dos anos, muitos trabalhadores desempregados tornaram-se também marisqueiras e pescadores. No estuário do Rio Cachoeira, as marisqueiras coletam o marisco na “coroa”, como é chamado o local onde os sedimentos estancam e formam um banco de areia e pedras, e os “frutos do mar” são recolhidos com os materiais mais diversos, incompreensíveis ao mero comprador.

Mas há outros pontos de pesca, como no Alto do Mambape, bairro ao sul de Ilhéus, que fica às margens do mangue, ou mesmo na ponte sobre o rio Almada, ou ainda no rio Almada, na baía de São Miguel. Para este exercício, ficarei apenas com as narrativas das marisqueiras do Teotônio Vilela, que fazem uso da “coroa” do Rio do Engenho.

As marisqueiras utilizam-se do jirau, armadilha feita de feixe de cipó, onde o caranguejo ou o aratú entram e não conseguem mais sair, servindo ainda de isca para a moréia, peixe apreciado pelo seu valor comercial na cidade. Além desse tipo de armadilha, as marisqueiras utilizam-se de utensílios que eu não associava à pesca, como enxada ou faca, para cortar a ostra da “coroa”, e também da enxada para retirá-la quando está mais grudada no banco de sedimentos. O fruto do trabalho é vendido nas bancas das feiras e nas ruas de Ilhéus.

A pesca artesanal pressupõe um baixo desenvolvimento tecnológico e uma cooperação para a realização da atividade. Em suas narrativas, as marisqueiras afirmam as dificuldades e o esforço físico realizado por mulheres que catam o marisco nas “lagoas de dentro”, bem como a rudeza do trabalho. Levantando-se antes da maré, Dona Tertulina sai pelo quintal de sua casa, adentra o mangue para embarcar numa canoa. A violência que atingiu as cidades brasileiras amedronta as mulheres que vão sozinhas, ainda escuro, mariscar. Por isso procuram seguir acompanhadas de uma colega que também vai mariscar. Ao embarcar na canoa, a dificuldade ainda é maior, pois é preciso muito treino e experiência para manter o equilíbrio e ainda remar.

Luiz Blume - Como era a pesca, vocês iam para a maré antes...?

Dona Tertulina - Com a mesma arte de...é pesca né, com a mesma arte, como o mesmo barco, antes era a canoa piquitita mais era a canoa menor, hoje a gente não pode mais comprar uma canoa menor, hoje a gente não pode botar uma canoa boa aí a manhã você não acha mais os ladrões vêm ...é carrega, eles usa, rouba pra poder ir pro sítios dos outros eles atravessam de um lado pro outro, lá eles pega o que eles

queiram . Vamos supor [inaudível] é um sítio, eles enche aquela canoa, eles solta rio abaixo, ou então lá mesmo eles larga de certo você procura, a maré grande, área grande você procura em tudo que é lugar, Rio de engenho, Maria Jape, São João e você não encontra.

Luiz Blume - Nossa!

Dona Tertulina - Eu não acho mais ... a pescaria era bem melhor , porque hoje faz até medo você entrar dentro do mangue , você encontra aí vagabundo com dois ou três revólveres na mão tá entendendo..Faz medo mesmo é Deus que eles passa por a gente e não diz nada as vezes ousa que ousa e diz: - Ó tia se você ver a polícia aí atrás perguntar de lá ele , num vai me entregar não, não vai me dedurar não, se perguntar se viu fulano de tal pode dizer que não é... É muito difícil...é muito difícil a pescaria, muito difícil mesmo.¹⁷

Além de a violência ser um problema a mais, o trabalho das marisqueiras é extremamente insalubre, pois além de obterem vários ferimentos resultantes do contato acidental com as pontas de mariscos presos à rocha, a longa e constante permanência junto à água salobra produz reumatismos. A posição incômoda, quase sempre curvando-se para retirar o marisco, faz com que a maioria das marisqueiras apresente problemas de coluna, o que invariavelmente provoca afastamentos temporários da coleta. Obviamente, são problemas de saúde do trabalho que comprometem o orçamento familiar, quase sempre obtido exclusivamente da pesca. Algumas pescadoras e pescadores acreditam que a divulgação de suas atividades poderá facilitar-lhes a obtenção do benefício da aposentadoria do INSS.

Luiz Blume: E vocês tiveram algum acidente, como alguma ferramenta mais grave?

Dona Júlia: Quando vê minhas pernas são cheias, essas marcas. Tudo preto por aqui tudo. Esse negócio preto tá vendo aí as costuras, tudo é ostra quando ela corta, aí. Isso aqui pegou sete pontos, e abriu aí porque eu era diabética. Estou fazendo tratamento que graças a Deus que eu saí do mangue. Minha pressão é alta agora, problemas de diabete, então como é que fica. Se eu me jogasse para isso ia ser pior.¹⁸

Dona Júlia já havia obtido a aposentadoria, e quando reencontramos o grupo, em setembro do ano passado, Dona Tertulina havia finalmente obtido o benefício. Porém, como consequência do esforço e das tarefas executadas diariamente, Helena estava com um problema de saúde, com uma lesão na coluna, o que a impedia de realizar a mariscagem. Mesmo assim, encontramos o grupo de marisqueiras do Teotônio Vilela, novamente na casa de Dona Júlia. Interessante é que nas duas vezes em que conversamos com o grupo, o fizemos de forma coletiva. Desta última vez, acompanhei-as no tratamento dos mariscos, ou no “catado” do marisco.

Às vezes prestamos muita atenção ao que é falado nas entrevistas sem atentar para a forma pela qual as narrativas se dão. Na primeira vez que estivemos na casa de Dona Júlia, fomos

recebidos em grupo: Dona Júlia, Sr. Gileno, Maria Helena e Dona Tertulina. Desta vez, o grupo de mulheres era maior, incluindo, além do núcleo inicial, Teresa e Naira, nora de Dona Júlia e Sr. Gileno.

Talvez esta forma de nos receber seja também representativa do modo pelo qual as marisqueiras trabalham, em grupos, tanto na ida ao mangue quanto, e principalmente, no momento de preparar o catado. A forma de preparar o marisco para a pré-venda segue um modo comunitário, pois é preciso juntar uma quantidade suficiente para produzir um bom catado. De acordo com as informações das marisqueiras, para cada 10 quilos de siri obtém-se um quilo de “catado”, que é o filé do marisco.

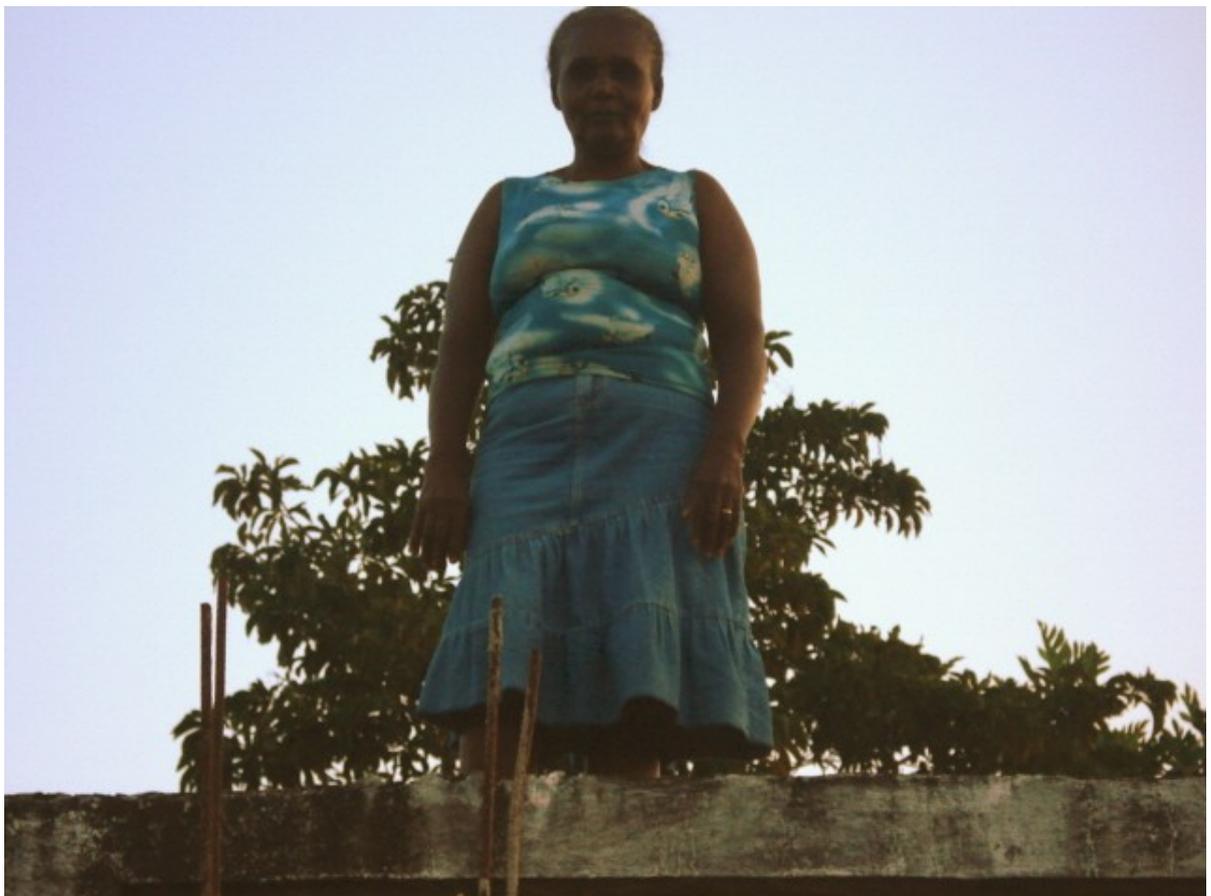
Na foto abaixo, vemos uma “cata” de caranguejo.¹⁹



Além da forma de apanhar o marisco no mangue ocorrer em grupo, as marisqueiras utilizam-se dos recursos naturais provenientes do mangue para o preparo do catado. Morando no Teotônio Vilela, ou mesmo em outros bairros de área de mangue, as marisqueiras obtêm as iscas para capturar o aratu através de um pequeno caranguejo, chamado “almofada”. Esta isca é levada pela marisqueira até o mangue e, com uma varinha de bambu, ela enfia o “almofada” na ponta da

linha como isca. Numa lata, colocam os aratus que “pescam”. A pesca do muapem é feita também no mangue, mas em áreas mais afastadas. Tanto o grupo de marisqueiras do Teotônio Vilela quanto o do Mambape fazem uso desta coleta. Após caminhar por dentro do mangue, elas vão de canoa até o meio do rio, e de lá seguem até a “coroa”. Na “coroa”, cavam o solo em busca do muapem e do sururu, utilizando enxadinhas. Estes mariscos são muito apreciados pelos restaurantes e pousadas de Ilhéus; o “caldo de sururú” também é vendido como bebida afrodisíaca aos turistas incautos.

O alcance em termos de mercado desta coleta pode ser considerado irrisório; porém, para a maioria das marisqueiras, representa a sobrevivência e a oportunidade de um trabalho que gera renda e oportunidades. Assim é que Dona Tertulina, neste novo encontro, fez questão de, após nossa conversa terminar, nos levar até sua casa, para conhecê-la. Após obter a aposentadoria continuou a mariscar, apesar de ter diminuído o ritmo de trabalho. Com um sorriso de vitória, ao tempo em que eu me despedia das marisqueiras à frente de sua casa, subiu na laje e de lá nos despedimos. A foto que se segue²⁰ é bem representativa do que significou a mariscagem para a vida de Dona Tertulina, pois foi através dela que conseguiu criar sua família, após o divórcio de seu companheiro, e enfim pôde terminar a construção da casa.



Apresentamos a seguir o modo como Dona Tertulina narra a sua vida hoje, após obter a aposentadoria e construir sua casa. Nessa narrativa, ela sempre procurou usar os melhores termos para responder às perguntas, já que “aprendeu” que a linguagem é importante para as suas lutas, no cotidiano, nos embates que tem com os órgãos do Estado e colônias de pescadores. Assim Dona Tertulina fala do momento em que obteve a aposentadoria:

Dona Tertulina: Eu não esperava, né, eu não esperava não, para mim foi uma surpresa muito grande... é, a minha aposentadoria. Porque antigamente, esses marisqueiros, logo, os mais velhos, não recebia, décimo, seguro desemprego certo, e quando eu me colonizei, já quase, no ano de me aposentar, eu recebi, primeiro o seguro-desemprego. E aí quando eu fui, o meu benefício chegou, pra mim foi uma surpresa grande, porque quando eu cheguei lá, eu achava que era só o dinheiro do mês, né, que eu me aposentei, mas não, aquele dinheiro, todo mês eu pagava a colônia, ele, tava correndo juro, porque quando meu dinheiro veio, ele veio sete mil reais...

Luiz Blume: Éita, beleza!

Dona Tertulina: [risos] Aí foi um susto muito grande para mim, né? Mas foi bom, valeu a pena, eu morava numa casinha muito humilde, eu tive logo sabedoria, comprei material, mandei fazer a fundação da casa, abriu as colunas, bati laje, hoje minha casa é de laje, né? Através da, pescaria!²¹

Ao trabalhar as narrativas, estamos lidando com processos reais, com sujeitos que estão disputando mercados, mantendo os modos de vida e trabalho nas artes da pesca artesanal em Ilhéus. Dessa forma, a luta de classes não fica ausente da explicação histórica. Estes processos reais se tornam visíveis quando diferentes tradições e gerações de pescadores se posicionam, no presente, ao narrar suas dificuldades atuais, ao mesmo tempo em que defendem a manutenção das tradições das artes da pesca. Projetam futuros possíveis, com mais qualidade de vida, apostando na organização da venda dos mariscos em grupo, como no caso das marisqueiras do bairro Teotônio Vilela. Ou ainda através da realização de mutirões para a construção da sede da AMMA – Associação das Marisqueiras do Alto do Mambape; ou inclusive procurando medir força com os pesquisadores da UESC, como foi o caso da marisqueira Non, que se recusou a gravar uma entrevista, embora tenha feito várias críticas e observações importantes.

Nas narrativas desses pescadores, percebem-se embates pela manutenção de modos de viver e trabalhar das artes da pesca que preservem saberes, práticas e locais de exploração, como os mangues e rios de Ilhéus. Estas artes da pesca tecem redes de organização e produção dos pescadores e marisqueiras, constituindo-se eles enquanto sujeitos de modos de vida e trabalho da pesca artesanal, e ainda os situam nos embates cotidianos pela manutenção e reorganização desses modos de vida. Percebo diferentes interesses nos grupos que articulam redes de apoio e lutam por

seus direitos, seja nas colônias de pescadores, seja nas associações de marisqueiras, ou nos embates e disputas com órgãos governamentais e instituições acadêmicas que lidam com a pesca artesanal.

Dessa forma, lidam com a cultura nos processos de organização e preservação de saberes. Ao mesmo tempo, constroem outras redes, fortalecem-se enquanto grupos na venda, exploração do pequeno mercado de mariscos na cidade. Na lida cotidiana pela sobrevivência, têm embates com a própria categoria de marisqueiras e pescadores artesanais, uma vez que percebem a escassez dos ambientes naturais de coleta e cata dos mariscos. Constituem grupos que se articulam, procurando inserir-se enquanto sujeitos na rede de interesses da pesca artesanal.

Assim, estas marisqueiras e pescadores artesanais, vivendo nas margens da cidade de Ilhéus, nas áreas de mangue, beira dos rios, nas áreas de invasão do mar, tornam visíveis seus modos de vida e trabalho. Estas artes da pesca estão presentes no processo de ocupação de mangues, na exploração do ambiente natural, nos embates por visibilidade e espaços de representação. Tais embates podem se dar no âmbito do Estado (colônias, cooperativas, federações, órgãos governamentais como a BAHIAPECA, SEAP, UESC) ou nas associações e organismos não governamentais, tais como AMMA (Associação das Marisqueiras do Alto do Mambape), ASPEMAR (Associação de Pescadores e Marisqueiras do São Miguel), CÁRITAS (órgão da Igreja Católica Brasileira para a promoção de projetos sociais com grupos de populações de baixa renda), CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores da Bahia).

Ao trazer para a narrativa certas queixas e reclamações, os pescadores e marisqueiras tornam visíveis para outros interlocutores sua luta cotidiana pela manutenção de modos de vida e cultura. Assim, as narrativas dos pescadores artesanais e das marisqueiras deverão ser entendidas como construção de memória como direitos. Em outro sentido, é preciso perceber as transformações pelas quais passa a cultura. Esses embates revelam tradições em disputa, indicando tendências para a modernização das práticas de pesca, na direção de organizarem-se para o consumo e a produção de mercadorias. De certa maneira, os modos de vida e trabalho artesanais também procuram inserir-se no mercado capitalista moderno, porém sem perder a possibilidade de manter o controle e o domínio da produção e comercialização do pescado, alternando ritmos de vida e trabalho, na casa e no mangue, na praia e na feira.

Esta pesquisa tem a perspectiva de ir além do âmbito institucional, acadêmico, da objetividade da pesquisa. Pretende, na intersubjetividade destas experiências, levar ao aprofundamento e reavaliar posições políticas dos intelectuais de esquerda dos anos 70 e 80, que tentaram em vão ser portadores de um sentido para a História e para os movimentos sociais. Desta forma, esta pesquisa procura também ser um instrumento para a formulação de um sentido ético-

político para a História Oral: construindo a memória popular.

Referências:

Entrevistas:

1. Márcio Vargas Barbosa. Local e data: sede da Colônia de Pescadores Z-34, no Malhado, em Ilhéus-BA, em 21/08/2004. Entrevista realizada por Luiz Henrique dos Santos Blume.
2. Júlia Dias de Castro (60 anos); Gileno Ferreira dos Santos (75 anos); Maria Helena Castro dos Santos (32 anos); Tertulina Ferreira Mota (59 aos). Local e data: Residência de D. Júlia e Sr. Gileno, no bairro Teotônio Vilela, em Ilhéus, em 12/11/2004. Entrevistadores: Luiz Henrique dos Santos Blume e Fabiana de Santana Andrade.
3. Júlia Dias de Castro (64 anos); Gileno Ferreira dos Santos (79 anos); Maria Helena Castro dos Santos (36 anos); Tertulina Ferreira Mota (64 anos). Naiara (sem identificação); Maria do Carmo (sem identificação). Local e data: Residência de D. Júlia e Sr. Gileno, no bairro Teotônio Vilela, em Ilhéus, em 11/09/2008. Entrevistador: Luiz Henrique dos Santos Blume.
4. Maria Helena de Castro (32 anos). Local: Residência da marisqueira, no bairro Teotônio Vilela, Ilhéus, 12 de novembro de 2005. Entrevistada por Fabiana de Santana Andrade.
5. "TOMTOM" - Antônio César Paraíso Santiago. Local e data da entrevista: Barra Grande, Maraú, 27/08/2006. Entrevistador: Luiz Henrique dos Santos Blume. Duração: 01 h:49:10.

Bibliografia

- ARRUDA, Rinaldo S.V.; DIEGUES, Antonio Carlos. (orgs.) Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001. (Biodiversidade, 4).
- BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem. Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- BRANCO, Elaine Regina. Encontros, desencontros e reencontros na trajetória da comunidade remanescente do Quilombo Caçandoca: identidade e territorialidade. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- FENELON, D.R. Apresentação. In: MACIEL, Laura, ALMEIDA, Paulo R.; KHOURY, Yara & (Org.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho D'Água, 2006.
- FERNANDES, Ideval Pires. Estudo da Situação Socioeconômica e tecnológica da Pesca Artesanal Marítima de peixes no Município de Ilhéus-Bahia. (Dissertação). Mestrado em Desenvolvimento Ambiental e Meio Ambiente. UESC. Ilhéus, 2003.
- GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SEAGRI. Perfil do setor pesqueiro. Litoral do estado da Bahia. Salvador: SEI/SEPLANTEC, jan. 1994.

- HALL, Stuart. Da diáspora. Identidades e mediações culturais. In: SOVIK, Liv. (org.) Belo Horizonte/Brasília: Ed. UFMG;UNESCO, 2003.
- KHOURY, Yara Aun. O historiador, as fontes orais e a escrita da História. In: MACIEL, L.A.; L; ALMEIDA, P.R.; KHOURY, Y.A. (orgs.) Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'água, dez. 2006.
- Livro das mil e uma noites. Vol 1- Ramo Sírio. 3^a. ed., 3^a. Reimpressão. São Paulo: Editora Globo S.A., 2008. Tradução do árabe de Mamede Mustafá Jarouche.
- MACIEL, L.A.; L; ALMEIDA, P.R.; KHOURY, Y.A. (orgs.) *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'água, 2006.
- OTT, Frei Carlos. Os elementos culturais da pescaria baiana. Boletim do Museu Nacional. n. 04. 30.10.1944. p. 1-67. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.(Convento São Francisco, SSA,OFM)
- PASSERINI, Luisa. Memoria y utopia. La primacía de la intersubjetividad. Valencia/Granada: Publicacions de la Universitat de València y Editorial Universidad de Granada, 2006. Trad. Inmaculada Minãna, Josep Aguado.
- PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*. Cultura e Representação. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUCSP. (14) p.7-24. São Paulo: EDUC, fevereiro 1997.
- SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*. Revista da Associação Brasileira de História Oral. vol. 8, n.º1. Jan.jun. 2005. p. 29-42.

Luiz Henrique dos Santos Blume, professor da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Doutorando em História Social da PUC/SP
E-mail: luizblume@yahoo.com.br

1 *Livro das mil e uma noites*. Vol 1- Ramo Sírio. 3^a. ed., 3^a. Reimpressão. São Paulo: Editora Globo S.A., 2008. Tradução do árabe de Mamede Mustafá Jarouche.

2 Após muitos anos de luta, a comunidade da Caçandoca conseguiu ser reconhecida como remanescente de quilombo, obtendo, no dia 06/12/2006, a desapropriação para fins de interesse social. Este foi o tema de estudo de BRANCO, Elaine Regina. *Encontros, desencontros e reencontros na trajetória da comunidade remanescente do Quilombo Caçandoca: identidade e territorialidade*. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

3 Conforme Passerini (2006), “a fundação da memória oral reside, precisamente, no fato de que a investigação assume um tecido de narrações preexistentes à entrevista como expressão de uma intersubjetividade a despeito da qual, os investigadores devem encontrar um modo de concordar e de registrá-la” (p.14).

4 Para um levantamento inicial, encontrei alguns estudos técnicos conhecidos sobre a questão da pesca até o presente momento. Estes títulos foram produzidos pela equipe extensionista e/ou de pesquisadores contratados pela CEPLAC: *Aspectos da atividade pesqueira*. Ilhéus: 1976. (Diagnóstico Sócio-Econômico, 9). *Aspectos práticos de comercialização em cooperativas da região cacauzeira*. Ilhéus: 1985. *Modelo de assistência técnica à pesca artesanal para o sul da Bahia*. Ilhéus: 1982. (Série Desenvolvimento Regional, 8) *Princípios cooperativos*. Ilhéus: 1985. *Resultados da assistência técnica à pesca artesanal no sul da Bahia*. Ilhéus: 1982. (Série Desenvolvimento Regional, 11)

5 Entrevista com Maria Helena de Castro (32 anos). Local: Residência da marisqueira, no bairro Teotônio Vilela, Ilhéus, 12 de novembro de 2005. Entrevistada por Fabiana de Santana Andrade.

6 Entrevista com Márcio Vargas Barbosa. Local e data: sede da Colônia de Pescadores Z-34, no Malhado, em Ilhéus-BA, em 21/08/2004. Entrevista realizada por Luiz Henrique dos Santos Blume.

7 Entrevista com Márcio Vargas Barbosa. Local e data: sede da Colônia de Pescadores Z-34, no Malhado, em Ilhéus-BA, em 21/08/2004. Entrevista realizada por Luiz Henrique dos Santos Blume.

8 Entrevista com “TOMTOM” - Antônio César Paraíso Santiago. Local e data da entrevista: Barra Grande, Maraú, 27/08/2006. Entrevistador: Luiz Henrique dos Santos Blume. Duração: 01 h:49:10.

9 Idem.

10 Idem.

11 Idem..

12 No momento da elaboração inicial dos propósitos desta pesquisa, já duvidava de uma *isenção* ou mesmo *objetividade científica na relação com os narradores*, tal como era apresentada em pareceres e avaliações oriundos da Câmara de Pesquisa da UESC. Estas questões também surgiram no momento em que foi apreciada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UESC. Travei uma “briga de bastidores” que resultou num “dossiê” pessoal, com todas as comunicações que fiz às comissões. Esta disputa por posições acadêmicas e políticas não terminou, pois esta pesquisa continua sendo objeto de “pareceres ad-hoc” que fazem da incompreensão e do abuso de poder do anonimato uma forma de perseguição político-acadêmica. Parte desse “dossiê” foi publicado nos Anais do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade, com o título “*Histórias de pescador*”: cotidiano, memória e experiências de pescadores em Ilhéus, 1960-2004. *Anotações para um debate em torno da memória popular, ética e História Oral.*

13 Entrevista com Júlia Dias de Castro (60 anos); Gileno Ferreira dos Santos (75 anos); Maria Helena Castro dos Santos (32 anos); Tertulina Ferreira Mota (59 aos). Local e data: Residência de D. Júlia e Sr. Gileno, no bairro do Teotônio Vilela, em Ilhéus, em 12/11/2004. Entrevistadores: Luiz Henrique dos Santos Blume e Fabiana de Santana Andrade.

14 Em BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, encontramos: “... classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua ... em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. (...) O signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerar-se-á em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade.”

15 Entrevista com Júlia Dias de Castro (60 anos); Gileno Ferreira dos Santos (75 anos); Maria Helena Castro dos Santos (32 anos); Tertulina Ferreira Mota (59 aos). Local e data: Residência de D. Júlia e Sr. Gileno, no bairro do Teotônio Vilela, em Ilhéus, em 12/11/2004. Entrevistadores: Luiz Henrique dos Santos Blume e Fabiana de Santana Andrade.

16 Idem.

17 Idem.

18 Idem.

19 Foto de pesquisa do autor. Ilhéus, 11/09/2008. No primeiro plano vê-se Dona Tertulina, um neto de Dona Júlia, a marisqueira Teresa, a nora de Dona Júlia, Naiara, que acompanhava a entrevista, e ao fundo, Maria do Carmo e Maria Helena, de blusa azul. Helena só faz o trabalho de “catar” o marisco, devido a uma hérnia de disco que a impossibilita de ir ao mangue fazer a coleta.

²⁰ Foto de pesquisa do autor. Ilhéus, 11/09/2008. No primeiro plano vê-se Dona Tertulina despedindo-se em cima de sua casa, recém-reformada graças ao dinheiro que recebeu da aposentadoria.

21 Entrevista com Júlia Dias de Castro (64 anos); Gileno Ferreira dos Santos (79 anos); Maria Helena Castro dos Santos (36 anos); Tertulina Ferreira Mota (64 anos). Naiara (sem identificação); Maria do Carmo (sem identificação). Local e data: Residência de D. Júlia e Sr. Gileno, no bairro do Teotônio Vilela, em Ilhéus, em 11/09/2008. Entrevistador: Luiz Henrique dos Santos Blume.